

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.473 - RS (2018/0292396-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : GUILLERMO JORGE NIMHAUSER**  
**ADVOGADO : LAURA NORMELIA FEIJÓ - RS028126**

**EMENTA**

**PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. READEQUAÇÃO AOS NOVOS TETOS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. PARCELAS VENCIDAS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONTADA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO INDIVIDUAL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fls. 184/185):

PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. TETOS LIMITADORES. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES E APÓS A CF/88. MENOR E MAIOR VALOR-TETO - MVT E MVT. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/2003 (RE Nº 564.354). CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Não incide a decadência, prevista no artigo 103 da Lei nº 8.213/1991, quando o pedido de revisão diz respeito aos critérios de reajuste da renda mensal - utilização do excedente ao teto do salário-de-benefício por ocasião de alteração do teto máximo do salário-de-contribuição.

2. No benefício previdenciário de prestação continuada, a prescrição não atinge o fundo de direito, mas somente os créditos relativos às parcelas vencidas há mais de 5 (cinco) anos da data do ajuizamento da demanda. A matéria objeto desta ação foi discutida em ação civil pública ajuizada em 05/05/2011 (0004911- 28.2011.4.03.6183). Assim, devem ser declaradas prescritas as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a 05/05/2006, ou seja, 05 anos antes da data do ajuizamento da referida ACP.

3. A ausência de limitação temporal ao direito de revisão do benefício previdenciário em face dos tetos, viável e pertinente aquela, não obstante tenha sido esse concedido antes ou após a CF/88. Precedentes do STF e deste Regional.

4. Sistemática de atualização do passivo observará, regra geral, a decisão do STF consubstanciada no seu Tema nº 810.

5. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, devem incidir somente sobre as parcelas vencidas até a data da sentença de procedência ou do acórdão que reformar a sentença de improcedência. Inteligência da Súmula nº 76 deste TRF e da Súmula nº 111 do STJ.

O recorrente sustenta ofensa aos artigos 104 da Lei n. 8.078/1990 e 103, *parágrafo único* da Lei 8.213/1991; e arts. 219 do CPC/1973 e 21 da Lei 7.347/85, suscitando que houve um desacerto da Corte de origem ao entender interrompida a prescrição das parcelas vencidas em razão do ajuizamento da Ação Civil Pública. Defende a legislação aplicável, que consagra a independência entre as ações coletivas e

as individuais, estipulando que a existência das primeiras não induz litispendência para as últimas.

Sem contrarrazões.

Decisão de admissibilidade fl. 231.

É o relatório. Decido.

Colhe-se dos autos que a Corte de origem solveu a controvérsia com base na premissa de que o entendimento do Supremo Tribunal Federal, acerca da adequação dos salários de benefício aos tetos das ECs n. 20/98 e 41/03, seria aplicável a benefício concedido anterior à Constituição Federal de 1988, como na espécie e que o marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da precedente ação civil pública n. 0004911-28.2011.4.03.6183.

Registra-se, inicialmente, que o INSS, em seu apelo especial se insurge somente quanto à prescrição quinquenal, que conforme consignado no acórdão recorrido "o marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da precedente ação civil pública (ACP n 0004911-28.2011.4.03.6183), na qual o INSS foi validamente citado (fl. 222).

Nesse contexto, convém registrar que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.388.000/PR, sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento no sentido de que a propositura da ação coletiva interrompe a prescrição para o ajuizamento da ação individual. A propósito, confira-se a ementa do referido acórdão no que interessa:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INÍCIO DA FLUÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL DA EXECUÇÃO SINGULAR. INÍCIO. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PROFERIDA NA DEMANDA COLETIVA. DESNECESSIDADE DA PROVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 94 DO CDC. TESE FIRMADA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA NO CASO CONCRETO.

(...)

2. O Ministério Público do Estado do Paraná ajuizou ação civil pública ao propósito de assegurar a revisão de pensões por morte em favor de pessoas hipossuficientes, saindo-se vencedor na demanda. Após a divulgação da sentença na mídia, em 13/4/2010, Elsa Pipino Maciel promoveu ação de execução contra o Estado.

3. O acórdão recorrido declarou prescrita a execução individual da sentença coletiva, proposta em maio de 2010, assentando que o termo inicial do prazo de prescrição de 5 (cinco) anos seria a data da publicação dos editais em 10 e 11 de abril de 2002, a fim de viabilizar a habilitação dos interessados no procedimento executivo.

4. A exequente alega a existência de contrariedade ao art. 94 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento de que o marco inicial da prescrição deve ser contado a partir da publicidade efetiva da sentença, sob pena de tornar inócua a finalidade da ação civil pública.

5. Também o Ministério Público Estadual assevera a necessidade de aplicação do art. 94 do CDC ao caso, ressaltando que o instrumento para se dar amplo conhecimento da decisão coletiva não é o diário oficial – como estabelecido pelo Tribunal paranaense –, mas a divulgação pelos meios de comunicação de massa.

6. O art. 94 do Código de Defesa do Consumidor disciplina a hipótese de divulgação da notícia da propositura da ação coletiva, para que eventuais

interessados possam intervir no processo ou acompanhar seu trâmite, nada estabelecendo, porém, quanto à divulgação do resultado do julgamento. Logo, a invocação do dispositivo em tela não tem pertinência com a definição do início do prazo prescricional para o ajuizamento da execução singular.

7. Note-se, ainda, que o art. 96 do CDC - cujo teor original era "Transitada em julgado a sentença condenatória, será publicado edital, observado o disposto no art. 93" - foi objeto de veto pela Presidência da República, o que torna infrutífero o esforço de interpretação analógica realizado pela Corte estadual, ante a impossibilidade de o Poder Judiciário, qual legislador ordinário, derrubar o veto presidencial ou, eventualmente, corrigir erro formal porventura existente na norma.

8. Em que pese o caráter social que se busca tutelar nas ações coletivas, não se afigura possível suprir a ausência de previsão legal de ampla divulgação midiática do teor da sentença, sem romper a harmonia entre os Poderes.

9. Fincada a inaplicabilidade do CDC à hipótese, deve-se firmar a tese repetitiva no sentido de que o prazo prescricional para a execução individual é contado do trânsito em julgado da sentença coletiva, sendo desnecessária a providência de que trata o art. 94 da Lei n. 8.078/90.

(...)

(REsp 1.388.000/PR, Corte Especial, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Relator para o acórdão Ministro Og Fernandes, DJe 12/4/2016)

Contudo, na hipótese em exame, é preciso diferenciar a interrupção da prescrição para o ajuizamento da ação individual daquela relativa à pretensão de perceber parcelas atrasadas. Isso porque, em que pese se admita que a propositura de ação coletiva interrompe a prescrição para a propositura da ação individual, esta se dá tão somente quanto a seu ajuizamento. No que tange aos efeitos do pagamento das parcelas vencidas, a prescrição quinquenal tem como marco deflagrador o ajuizamento da ação individual, descabido falar em recebimento de valores referentes ao quinquênio anterior à ação coletiva.

Nesse sentido confira-se precedentes desta Corte: REsp 1.670.594/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/06/2017; AgInt no REsp 1.642.625/ES, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/6/2017; REsp 1.647.686/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 5.5.2017; AgRg no REsp 1.559.883/RJ, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 23/05/2016.

Impende salientar, ademais, que o autor, ao ajuizar a presente ação, renunciou aos efeitos da Ação Civil Pública, processo n. 0004911-28.2011.4.03.6183, assim, incabível retroagir da data de início do pagamento de eventuais parcelas devidas a cinco anos anteriores ao ajuizamento daquela ação.

Faz-se, assim, nesse ponto, necessária, a reforma do acórdão recorrido, para harmonizá-lo com o entendimento desta Corte Superior, reconhecendo-se que, ainda que o ajuizamento da ação coletiva, para reconhecimento de direito individual homogêneo, interrompa o prazo prescricional das pretensões individuais de mesmo objeto, as parcelas pretéritas são contadas do ajuizamento da ação individual.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial**, para reconhecer que, com relação as parcelas atrasadas, incide a prescrição quinquenal a contar do ajuizamento da presente ação. Por se tratar de sucumbência mínima, aplica-se o parágrafo único do artigo 86, mantendo-se inalterada a sucumbência fixada anteriormente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

